

Alternativas para a exploração de terras raras

Livro mostra como criar cadeia produtiva mais rentável para o país

Da Redação

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) - organização social ligada ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), lançou nesta semana o livro Terras Raras no Brasil: estado da arte, cenários e um mapa do caminho estratégico para 2026-2040.

Assinada por dez engenheiros, pesquisadores e professores universitários, a publicação apresenta cenários nacional e internacional e estuda cadeias industriais para a produção de elementos químicos metálicos, chamados de “terras raras”, que têm alta condutividade térmica e elétrica.

O livro também mapeia reservas minerais no território nacional, como as disponíveis na Amazônia, estuda mercados e projeta a exploração do recurso com cooperação e capital multilateral, do Brasil e outros países.

A publicação foi apresenta-

da no VII Seminário Brasileiro de Terras Raras (SBTR), no Rio de Janeiro na última quarta-feira (1º), evento organizado pelo Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), com apoio da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e do Ministério de Minas e Energia.

Os 17 elementos químicos chamados terras raras são matéria-prima usada para a fabricação de produtos de alta tecnologia e grande valor agregado -de volumosa procura mundial e importados pelo Brasil, como carros elétricos, equipamentos de defesa, smartphones e turbinas eólicas.

Conforme o diretor-presidente do CGEE, Anderson Gomes, o livro é “um documento sobre estratégias para transformar o que a gente tem de terras raras no nosso solo em uma competitividade global.” Na publicação, se desenha “caminhos muito bem delineados para que o Brasil em

Assinada por dez engenheiros, pesquisadores e professores universitários, a publicação apresenta cenários nacional e internacional e estuda cadeias industriais para a produção de elementos químicos metálicos



2040 esteja no lugar que deveria estar se tivesse cuidado de terras raras há 20 anos.”

Para Gomes, o Brasil tem na ordem do dia escolher se com as terras raras quer ser fornecedor de commodities -como acontece com o minério de ferro, o petróleo, os produtos agrícolas e pecuários - ou formar uma indústria que fabrique componentes e equipamentos a partir da matéria-prima e os exporte com mais rentabilidade.

Ele acredita que a alta disponibilidade de terras raras no subsolo brasileiro, um quarto do que haveria em todo o planeta, garante condições para o país auto determinar até onde irá sua cadeia

produtiva. “Existe sim uma dependência de fora, mas também lá fora tem uma dependência nossa”, pondera.

“Nós temos as terras raras. Não precisamos de ninguém para dizer o que é que nós vamos fazer”, pontua o diretor-presidente do CGEE que também defende que o país adote política industrial para as terras raras, financie empreendimentos e invista na formação técnica. “Nós temos capacidade, precisamos ganhar escala.”

Segundo Anderson Gomes, a Universidade Federal de Pernambuco prepara curso de pós-graduação em rede com outras universidades para formar mão-de obra

para trabalhar com terras e também aumentar o número de pesquisadores no setor.

A expectativa do CGEE é de que o livro sobre terras raras seja aproveitado nos debates no Senado Federal sobre o Projeto de Lei 2780/2024, que cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e cria o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE), vinculado à Presidência da República.

Aprovado na Câmara dos Deputados, o PL aguarda desde maio (na Secretaria Legislativa do Senado Federal) despacho da Mesa Diretora para ser apreciado em comissão.

Exportações aos EUA voltam a crescer após tarifaço

Da Redação

O valor das exportações brasileiras aos Estados Unidos cresceu 3,7% em junho de 2026, marcando a primeira alta desde julho de 2025, quando o governo do presidente Donald Trump impôs uma sobretaxa de 50% sobre produtos brasileiros.

Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (3) pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

Segundo o diretor de Estatísticas e Estudos de Comércio Exterior do ministério, Herlon Brandão, o avanço foi impulsionado pelo aumento médio de 11% dos preços dos produtos exportados, já que o volume embarcado para o mercado norte-americano ainda caiu 6,6%.

Em junho, a corrente de comércio entre Brasil e Estados Unidos apresentou equilíbrio, com leve superávit brasileiro.

Principais números:

- Exportações: US\$ 3,472 bilhões (+3,7% ante junho de 2025);
- Importações: US\$ 3,471 bilhões (-12,3%);
- Saldo comercial: superávit de US\$ 1 milhão

Apesar da recuperação em junho, o acumulado do primeiro semestre ainda registra queda nas vendas brasileiras para os Estados Unidos.

De janeiro a junho:

- Exportações: US\$ 17,428 bilhões (-13% ante o primeiro semestre de 2025);
- Importações: US\$ 18,950 bilhões (-12,5%);

- Saldo comercial: déficit de US\$ 1,522 bilhão.

CHINA AMPLIA LIDERANÇA

A China manteve a posição de principal parceiro comercial do Brasil e registrou forte crescimento nas compras de produtos brasileiros.

Em junho:

- Exportações: US\$ 12,291 bilhões (+24,4%);
- Importações: US\$ 7,801 bilhões (+27,1%);
- Superávit: US\$ 4,490 bilhões.

No primeiro semestre:

- Exportações: US\$ 58,322 bilhões (+21,9%);
- Importações: US\$ 38,545 bilhões (+8%);
- Superávit: US\$ 19,777 bilhões.

O comércio com a União Europeia também apresentou expansão em junho, embora



Vendas ao país subiram 3,7% em junho; China e UE ampliam compras

o governo ainda considere prematuro medir os impactos do acordo de livre comércio entre o Mercosul e o bloco europeu, que entrou em vigor provisoriamente em maio.

Em junho:

- Exportações: US\$ 4,888 bilhões (+32,4%);
- Importações: US\$ 4,708 bilhões (+13,9%);
- Superávit: US\$ 180 milhões.